



ACÓRDÃO Nº279/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11155/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** João Paulo Rodrigues Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221, Ênia Jéssica da Silva Garcia – OAB/AM 10.416, Adrismar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446 e Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 548/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas, da Câmara Municipal de Tefé, referente ao exercício de 2017, tendo como responsável o **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal e Ordenador de Despesas, na competência atribuída pelo art. 11, inc. III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c os termos do art. 22, II, da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tefé e Ordenador de Despesa, ao tempo do exercício em análise no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020, c/c o art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades identificadas nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias**



ACÓRDÃO Nº279/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido íterim, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar ao atual gestor de origem, substituto do Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento que;

10.3.1. Mantenha o Relatório do Controle Interno na sede da Comuna, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção da Câmara do Município, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93 (item 1);

10.3.2. Observe e cumpra as determinações da Lei nº 12.527/2011, de acesso à informação nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2.423/96 (item 2);

10.3.3. Realize concurso público para o preenchimento dos cargos públicos da Câmara Municipal de Tefé, em cumprimento do art. 37, II, da Constituição Federal (item 5.1).

10.4. Determinar a Comunicação à Receita Federal para apuração dos indícios quanto à ausência de comprovação de recolhimento ao Regime Geral de Previdência-RGPS, Patronal e Retenção no Valor de **R\$ 543.734,56** (item 5.2 do Relatório-voto);

10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção Ordinária que verifique se foram tomadas providências a fim de afastar o acúmulo ilegal constatado. (item 5.4 do Relatório-voto).

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº279/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral